

O CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS APLICADO A ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

Maria Cristina de Assis (PROLING/UFPB)

INTRODUÇÃO

O trabalho científico, de acordo com Faraco (1991), não age diretamente sobre os fatos: ocorre por meio de pressupostos teóricos gerais que concorrem para a existência de diferentes quadros teóricos, mais de uma descrição ou hipótese para explicar o mesmo evento. Com a lingüística histórica não foi diferente. As questões relacionadas à história das línguas, dos textos e à mudança lingüística foram abordadas por várias teorias ao longo dos tempos. Neste artigo nos propomos a discutir a contribuição dos estudos das Tradições discursivas para o campo da lingüística histórica. Para isso, faremos uma breve explanação do percurso histórico dessa disciplina, no que concerne ao seu objeto de estudo, sua relação com outras áreas, a exemplo da filologia e a lingüística de textos. bem como sobre as diversas orientações teóricas que nortearam os estudos históricos, principalmente os relativos ao português, desenvolvidos no Brasil nos últimos anos. Finalmente, citaremos alguns estudos feitos nesta área, junto ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal da Paraíba.

1 A PERSPECTIVA HISTÓRICO-DIACRÔNICA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A Lingüística Histórica, em sua origem, estava relacionada com o estudo da mudança lingüística no eixo do tempo (FARACO, 1991). De início, buscava-se reconstruir a história das línguas através da comparação (MATTOS E SILVA, 1998), surgindo estudos relacionados às diversas línguas indo-européias. Destacam-se os trabalhos pioneiros de Bopp (1791-1867), Rask (1787-1832) e Grimm (1785-1863) – entre as quais se destaca o desenvolvimento da filologia românica e o estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim, a partir da obra de Friedrich Diez.

A partir de 1878, Osthoff, Brugmann iniciaram o movimento neogramático, apresentando orientação metodológica e postulados teóricos diferentes para interpretação da mudança lingüística. Os neogramáticos trouxeram uma visão psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança e apontavam como objetivos do pesquisador investigar a natureza da mudança, através do estudo das línguas vivas atuais, dos mecanismos de mudança e dos princípios gerais do movimento histórico das línguas, ou seja, criaram uma teoria da mudança, contribuindo decisivamente para os estudos históricos da linguagem.

Com a Lingüística do século XX, especialmente o Estruturalismo e o Gerativismo, o foco dos estudos da linguagem passou da evolução dos elementos lingüísticos para a função desempenhada por eles no sistema. A lingüística gerativa inicialmente concebia a gramática como um conjunto de regras e as mudanças, como processos que alteravam essas regras. Posteriormente, em fins da década de 70, passou a encarar a gramática universal como um conjunto de parâmetros variáveis. Com essas alterações teóricas, a mudança lingüística passou entendida como direcionada por forças internas à língua. Os estudos estruturalistas e gerativistas tiveram grande repercussão no Brasil, motivando o desenvolvimento de pesquisas sincrônicas descritivas sobre a língua

contemporânea e pesquisas interpretativas teóricas, baseadas na obra de Saussure e dos estruturalistas e gerativistas americanos.

No entanto, como ressalta Mattos e Silva (1998), não houve descontinuidade nos estudos lingüísticos brasileiros, no âmbito da Lingüística Histórica *lato sensu*. Entre os fins do século XIX e o XX, desenvolveram-se na Europa e na América, estudos fundamentados nos primeiros comparatistas e neogramáticos: gramáticas históricas, dicionários etimológicos e obras de filologia e história da língua, até hoje consultados, principalmente no que se refere às origens e evolução da língua, nomeadamente nos aspectos morfológico e fonético.

Em outra perspectiva, também no século XX, estudos sincrônicos fundamentados na Dialetologia e na Sociolingüística buscavam conhecer a realidade lingüística brasileira, a partir de enfoques diferentes e uma grande variação de assuntos. A Sociolingüística abriu novas perspectivas para o estudo histórico, ao operar com o conceito de *mudança em progresso*, e procurando sistematizá-lo.

Mattos e Silva (1998) destaca a contribuição das abordagens *sociolingüísticas*, das *funcionalistas*, quando centradas em problemas diacrônicos, e do *gerativismo paramétrico* para a volta dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil renascidos na segunda metade do século passado, mesmo reconhecendo que tanto os modelos diacrônicos do estruturalismo, como os modelos diacrônicos do gerativismo são a-históricos, porque excluem os fatores sociais do estudo lingüísticos. Para a autora, não houve descontinuidade nos estudos lingüísticos brasileiros, no âmbito da *Lingüística Histórica lato sensu*. Se por um lado, os estudos histórico-diacrônicos são favorecidos por teorias lingüísticas vindas de fora, por outro, o retorno dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil decorre, sobretudo, de uma “*motivação interna, nossa, que é a questão lingüística da língua que usamos, o português brasileiro, língua oficial majoritária de nosso país*” (MATTOS E SILVA, 1998, p. 23). Resultam, então, na atualidade diferentes campos de pesquisa dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil: história social lingüística do Brasil, reconstrução de uma sócio-história lingüística ou de uma sociolingüística histórica; e reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro e âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

2 O ESTUDO HISTÓRICO DOS TEXTOS

O estudo dos textos não é recente na investigação sobre a linguagem humana. Os trabalhos filológicos desenvolvidos por diferentes povos e em diversas culturas ao longo dos séculos, associavam a preocupação com o estudar e a preservação de documentos antigos, fossem esses documentos literários ou religiosos. Trata-se de uma das mais antigas atividades da Filologia¹, a *edição crítica de textos*, considerada por Auerbach (1972), como “a mais nobre e a mais autêntica”. O centro das atenções eram os textos literários, as obras dos autores clássicos perdidas no tempo e de que se tinha notícia muitas vezes através de cópias ou da referência de outros autores. Além dessa, outra

¹ Segundo Câmara (1975), esses estudos desenvolveram-se primeiramente na Índia e durante o período helenístico em Alexandria, onde se misturavam aos estudos gramaticais de caráter normativo e filosóficos. No Renascimento, com o conhecido retorno aos ideais clássicos, procurava-se imitar os autores da Antiguidade grega e latina, para o que era necessário possuir seus textos em forma autêntica (AUERBACH, 1972).

atividade filológica voltada para o texto, a *explicação de textos*, ou *comentários*, tão antiga quanto a primeira, servia para promover o estudo gramatical, o da versificação, entre outros. Nesses trabalhos, é possível vislumbrar a consciência da mudança lingüística, identificando Filologia e Lingüística Histórica. Embora apresentem propósitos mais literários que lingüísticos, utilizam a língua em análises cujos objetivos iam além do ato lingüístico em si mesmo. Essa abrangência pode ser verificada através dos seguintes conceitos de Silva Neto (1977, p.16):

A Lingüística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas... A Filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas... Dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia na Antigüidade era o estudo dos textos; hoje porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estado da língua.

A partir da década de 70 do século passado, o estudo da língua através dos textos ressurgiu em diversas disciplinas das ciências humanas, com enfoque diferente da perspectiva filológica. A abordagem textual com finalidades prescritivas, já havia começado a perder espaço entre os formalistas russos, acentuando-se nos anos 70 e 80 do século XX.

A Lingüística Textual² passou do estudo da palavra ou da frase isolada para o texto, considerado como unidade básica de comunicação humana, distinguindo-se três fases: da *análise transfrástica*, das *gramáticas textuais* e das *teorias do texto* (KOCH, 1999). Tais pesquisas centravam-se, principalmente nos critérios de textualidade, na classificação dos mecanismos textuais, na conceituação de coerência, nos processos e estratégias sócio-cognitivas envolvidas no processamento textual. Nas diversas áreas para onde as pesquisas se voltam, destaca-se o estudo dos gêneros textuais, retomando, com bastante ênfase, a questão da tipologia textual, da referenciação e do estudo do texto falado, entre outras.

Ainda no século XX surgiram diferentes teorias textuais, pragmáticas e discursivas que, sob perspectivas diferentes, herdadas do diálogo com os diversos quadros teóricos — a lógica e a filosofia da linguagem, a antropologia estrutural, os estudos cognitivos, a psicanálise lacaniana, o materialismo histórico, entre outros — e com graus de formalização e de estabilização dos objetos também diferentes, têm em comum o interesse pelo *discurso* e a recusa em ver a língua apenas como suporte para a transmissão de informações. Essas teorias contribuíram para uma mudança de paradigma nos estudos lingüísticos: do *sistema* para o *discurso*. Trouxeram uma nova concepção de língua, encarando-a concomitantemente como um sistema formal e como uma instituição social em que o sujeito se inscreve, embora a noção de “sujeito” e de “exterior” não seja a mesma em cada uma delas.

As diferentes maneiras de conceber o texto e o discurso podem ser reunidas em duas principais correntes: *teoria do texto* e *teoria do discurso*. A primeira considera o texto pronto e preocupa-se com o processo cognitivo para ser produzido, constituído e compreendido; a segunda prioriza as condições sócio-históricas, culturais e ideológicas de sua produção, percebidas e analisadas através das marcas lingüísticas presentes no

² Sobre Lingüística Textual ver Fávero e Koch (1998), Koch (1999), Marcuschi (1983), van Dijk (2000).

texto (TRAVAGLIA, 1991). Por outro lado, essas novas teorias trouxeram uma reflexão sobre os gêneros textuais, em forma de estudos variados que se baseiam em diversas concepções e apresentam diferentes tipologias, nos mais diversos domínios das ciências da linguagem humana. Cabem aqui algumas considerações sobre gêneros textuais e tradições discursivas.

4. GÊNEROS TEXTUAIS E O CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Os gêneros são entidades sujeitas à variação histórica e cultural e, conforme Ciapuscio (2006), para abordar essa dimensão, criou-se o conceito de *tradições discursivas*, surgido por estudiosos como Schieben-Lange (1988), Koch (1997), Kabatek (2001), Oesterreicher (2001).

O conceito de gênero, durante muito tempo, na tradição ocidental, esteve ligado aos gêneros literários, distinguindo-se tradicionalmente *poesia* e *prosa*, gêneros *lírico*, *épico* e *dramático*, entre *tragédia* e *comédia* e ainda a distinção entre os estilos *elevado*, *médio* e *humilde*. Além dessas classificações tradicionais da literatura, a retórica antiga classificava os discursos *deliberativo*, *judiciário* e *epidítico*. Atualmente, no campo da lingüística, há uma enorme variedade de tipologias, resultante do interesse sobre os gêneros, ao longo dos tempos. Essa variedade pode ser comprovada pela metalinguagem utilizada e pelo uso indistinto de termos como *gênero*, *tipos*, *modos*, *modalidades de organização textual*, *espécies de texto* e *de discurso*. A questão dos gêneros voltou ao debate lingüístico motivada em grande parte pelas idéias de Bakhtin (1992), segundo as quais, a comunicação humana seria dificultada se, a cada vez que o locutor fosse interagir, tivesse que criar um gênero. Os gêneros estão presentes no cotidiano das pessoas, relacionados a diferentes situações sociais, fazendo com que cada esfera da atividade humana elabore “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

O conceito de Tradições discursivas, por sua vez, parte da distinção coseriana de três níveis do falar. Coseriu (1979) desempenhou um papel pioneiro ao tomar a língua como uma matéria viva e evolutiva, que o homem inova sem cessar. Desenvolveu uma concepção de língua oposta à visão estática formulada por Saussure, propondo que ela seja vista como um sistema em movimento, em permanente sistematização:

a mudança na língua não é alteração ou deterioração [...] mas reconstrução, renovação do sistema, e assegura a sua continuidade e o seu funcionamento. **A língua se faz mediante a mudança**, e “morre” como tal quando deixa de mudar (COSERIU, 1979a: p. 237).

Afirma ainda que, embora um “estado de língua” se torne praticamente idêntico a um estado anterior, não implica uma permanência desse estado, mas que ele se *reconstitui/recria* com suficiente fidelidade pelo falar (1979a: p. 32). A linguagem é, em primeiro lugar, criação de significados, mas o indivíduo não inventa integralmente sua expressão: ele a cria ou estrutura a partir modelos anteriores, utilizando a técnica e um material anterior que o seu saber lingüístico lhe proporciona. A língua se refaz, não muda totalmente; o falante utiliza o sistema oferecido pela comunidade e aceita a realização que a *norma* tradicional lhe fornece:

O falante não emprega *outra* técnica, mas utiliza o *sistema* que se lhe oferece pela comunidade e, mais ainda, aceita também a realização que a *norma* tradicional lhe proporciona, porque esta é a *sua* tradição. Não inventa totalmente a sua expressão mas utiliza modelos anteriores, justamente por ser este indivíduo histórico e não aquele: porque a língua pertence à sua historicidade, ao seu modo determinado de ser. (COSERIU, 1979a: p. 64)

O autor (1979a) ressalta que a língua historicamente constituída é utilizada e manifestada no *falar*, mas no falar, a língua anterior ao ato é superada e “alterada” tanto pelas determinações finais da expressão quanto pelas determinações psicofísicas da realização fônica. Tais determinações vão de um simples cansaço ou excitação do falante até eventuais modificações produzidas na fisiologia do falar por fatores como o clima e raça.

Coseriu (1979) distingue, então, três perspectivas de se perceber a língua: uma *universal*, outra *histórica* e outra *particular*. No primeiro aspecto, ou seja, na *atividade como tal*, do ponto de vista *universal*, refere-se ao *falar*, à ação concreta, comum a todos os seres humanos; no *histórico*, refere-se ao modo de falar de uma comunidade, é a língua concreta. No *particular*, trata-se do discurso (o ato ou a série de atos) de um indivíduo. Dessa distinção, surgiu na escola alemã o conceito de tradições discursivas (TD).

A partir do nível histórico, postula-se a existência de dois fatores: a língua como sistema gramatical e lexical e as tradições discursivas. Para ilustrar esses níveis, Jungbluth (2006, p. 54) apresenta o seguinte quadro:

Nível universal	el lenguaje	la capacidad humana de hablar
Niveles históricos	las tradiciones discursivas	los géneros literarios y no-literarios
	las lenguas particulares	p. ej. el español, el portugués brasileño
Nível actual	el texto escrito y hablado	el discurso y los textos

Fig. 1. La tradición discursiva como nivel histórico al lado de las lenguas. (JUNGBLUTH, 2005, p. 54)

Jungbluth (2006) informa que, partindo do conceito coseriano, que opõe linguagem, língua e discurso (COSERIU, 1958), discípulos como Schieben-Lange (19838), Koch (1997), Oesterreicher (1988) acrescentaram um novo nível histórico ao lado do nível das línguas. A autora explica:

Es la forma macro, el texto o discurso en su “*Gestalt*” propio, lo que los filólogos suelen llamar género (literario), lo que otros lingüistas clasifican como clase de texto (Ciapuscio 1994) y lo que el hablante y el oyente realizan de forma conjunta y sucesiva según ciertos modelos transmitidos culturalmente. (JUNGBLUTH, 2006, p. 54)

Esses níveis são discutidos também por Schlieben-Lange (1993), segundo a qual, quando se fala, várias atividades são realizadas. Primeiramente, no nível universal fazem-se referências às coisas do mundo, de modo que o outro possa entender; através de conceitos que a língua histórica põe à disposição do falante, concebe-se o mundo, alteriza-se o discurso, mostram-se ou indicam-se as coisas, atividades realizadas com a ajuda dos contextos. Não são fenômenos específicos de uma língua determinada, ao contrário, eles aparecem em textos de diferentes culturas e épocas, sob condições parecidas. Numa acepção muito genérica, afirma Schlieben-Lange (1993), o *falar* é sempre um falar com outros sobre o mundo:

Dominamos, enquanto falantes, determinadas técnicas gerais do falar que, uma vez aprendidas na aquisição da primeira língua, podemos empregar em todas as outras línguas (Schlieben-Lange, 1993: p.18).

No nível histórico, todas as “técnicas” do falar que possibilitam a comunicação com outros existem sistematicamente em cada *língua histórica*, e se fala segundo o “modus” de uma *língua histórica*. Esse nível refere-se aos aspectos universais do lingüístico relacionados com a concretização histórica; trata-se das línguas ou idiomas que são estruturas e técnicas históricas constituídas por regras fônicas, morfossintáticas etc. Assim, têm importância as tradições discursivas³ que, mesmo sendo em geral independentes de uma língua e de uma determinada comunidade lingüística, oferecem modelos para a produção e recepção discursiva, principalmente em relação à escrita.

No nível textual, o falar como “produto” é justamente o texto, ou seja, em situações históricas determinadas, *fala-se* em forma de textos, orientados para uma determinada finalidade. É a manifestação concreta e individual do lingüístico, através de discursos e de textos, ou seja, o enunciado efetivo: *ato ou a série de atos de tal indivíduo em tal oportunidade* (Coseriu, 1979a: 43). Nesse nível, leva-se em conta se o autor observa as normas das tradições discursivas de um determinado período, uma vez que, de acordo com Schlieben-Lange (1993:19) *também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas*.

Estas tradições discursivas se desenvolvem, aparecem e desaparecem, atualizando-se em diferentes línguas, isto é, alguns dessas tradições aparecem, com maior ou menor semelhanças. Nesse sentido, outro aspecto importante da tradição discursiva está relacionada à concepção de texto como um processo estimulado por fatores sócio-históricos, como ressalta GOMES (2006, p. 83), ao defender que “todas as modificações e permanências observadas nos texto ao longo do tempo são frutos das ações sociais, das necessidades sociais e do curso natural da história”. Por esse motivo, não podem ser entendidas apenas como unidade formal.

Conforme Kabatek (2006), a definição de TD pode associar-se, de início, às *formas tradicionais de se dizer algo*, desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa, e assim, estar relacionada com o conceito de gênero textual, já bastante estudado pela lingüística de texto. No entanto, o autor amplia em dois o

³ Por tradições discursivas entendem-se as tradições textuais historicamente transmitidas. Segundo Oesterreicher (1999), trata-se de formas que mudam no curso da história: criam-se novas formas, outras perdem a importância e se marginalizam.

conceito de Tradições Discursivas, desde fórmulas tradicionais da linguagem oral até diferentes tradições dentro de um mesmo gênero:

La primera ampliación se refiere a que no queremos restringir el uso del término a tradiciones complejas (los géneros) sino aplicarlo a todos los tipos de tradiciones de textos. [...] La existencia de diferentes tradiciones dentro de un género no niega el hecho de que el género sea también tradicional: los géneros son tradiciones de hablar, tradiciones discursivas, pero no todas las tradiciones de hablar son géneros. (KABATEK, 2006, p. 6)

Oesterreicher (1997, p.20-21) conceitua *tradições discursivas* como esquemas convencionais e normativos de transmissão lingüística de significados, que guiam a produção e a compreensão dos discursos. Esses esquemas abrangem as diversas dimensões textuais: funcional, situacional, temática e de formulação lingüística. Ciapuscio ressalta que as tradições discursivas não se restringem às comunidades lingüísticas, mas vão além delas, baseando-se em determinadas normas e princípios para a composição e compreensão de textos, elaborados e sustentados por grupos culturais de influência, a exemplo de correntes literárias, grupos profissionais ou movimentos políticos.

Para Kabatek (2006), o que define as Tradições Discursivas é a relação de um texto em um determinado momento da história com outro texto anterior, uma relação temporal através da *repetição* de algo, seja do texto como um todo, seja de partes do texto, ou mesmo. Em alguns casos, a própria ausência da repetição pode caracterizar uma tradição e, em outros, a caracterização se faz através da repetição de uma forma textual, a exemplo da estrutura dos sonetos. No entanto, conforme ressalta o autor, nem toda repetição constitui uma Tradição Discursiva, embora toda Tradição Discursiva consista em uma repetição. É necessário que seja *discursiva*, o que exclui a repetição não lingüística. E acrescenta que a repetição da comunicação de um conteúdo é uma Tradição Discursiva, já que é, ao mesmo tempo, algo lingüístico e algo que se repete. Todas essas repetições são, segundo o autor, ligadas através da *evocación*, ou seja, a constelação discursiva que a evoca (KABATEK, 2006, p. 8).

Segundo Junbluth (2006), a forma macro de uma tradição discursiva deve-se à confluência de diferentes perfis que, em seus traços peculiares, ajudam ao falante continuar desenvolvendo de maneira prevista as partes obrigatórias e facultativas do texto, permitindo que o ouvinte entenda a finalidade de uma determinada forma de falar. Ela aponta alguns perfis de trabalhos que seguem a orientação das tradições discursivas, segundo diferentes critérios: o *medial*, de acordo com o em que se apresenta, ou seja, será fônico ou gráfico; o perfil *prosódico*, a que se chega através da análise de unidades maiores que as orações e de fenômenos e acontecimentos acústicos cristalizados em tradições específicas; o perfil *morfossintático*, que leva em conta a vinculação existente entre as tradições discursivas e as estruturas lingüísticas e sua frequência; e o perfil *léxico*, considerando a renovação lingüística, que sempre tem sua origem no discurso.

Nesse sentido, Koch (1997) chama a atenção para a vinculação de certas estruturas lingüísticas a determinadas tradições discursivas, ou seja, essas tradições podem favorecer o aparecimento de determinados fenômenos lingüísticos. Jungbluth (2006, p. 57-58) afirma que

...tomando en consideración el contexto tradicional discursivo, las ocurrencias contextualizadas deben echar luz sobre sus afinidades con ciertas tradiciones discursivas. Se espera que así las dos perspectivas, de la gramática y de la lingüística del texto que tiene su raíz en la filología, se pueden combinar con la finalidad de descubrir las reglas en el nivel de la lengua, del saber lingüístico, y en el nivel de las tradiciones discursivas, el saber expresivo, que tiene la función de orientar a los hablantes y los oyentes.

Segundo Kabatek (2003), dentro de um conjunto de regras e itens linguísticos disponíveis numa determinada língua, o falante faz suas opções, filtrando sua produção linguística pelas tradições discursivas fornecidas pelo gênero textual cabível ao seu objeto comunicativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver, o estudo das tradições discursivas traz uma nova orientação aos estudos histórico-diacrônicos. Dentro dessa perspectiva, vêm sendo desenvolvidas algumas pesquisas de Iniciação Científica, na graduação, e de mestrado e doutorado, junto ao Programa de Pós-graduação em Lingüística _ PROLING, investigando diferentes tradições discursivas orais e escritas, relacionadas com a Paraíba dos séculos XVII, XIX e XX: rezas tradicionais, inventários, cartas oficiais, auto de penhora, atas.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BAKHTIN, M. (Volochnov). *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/ USP, 1979.
- _____. *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. 2 ed. Trad. Agostinho dias Carneiro; rev. téc. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- FARACO, C. A. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Ática, 1991
- FONSECA, Maria Cristina de A. P. *A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife, UFPE. (2005).
- _____. *Caracterização Lingüística de Cartas Oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Programa de Pós Graduação, Recife. (2003)
- JUNGBLUTH, K.; KAISER, D; CIAPUSCIO, G.; LOPES, C. (eds.). *Sincronía y diacronía de Tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2006.
- KOCH, Ingedore. G.V. *A inter-ação pela linguagem*. 10º ed. São Paulo: Contexto. (2006)
- GOMES, Valéria Severina. *História do editorial jornalístico em Pernambuco: traços de mudança e de permanência no contínuo desta tradição discursiva*. Tese (Doutorado) – UFPE. Recife. (2006)

- KABATEK, Johannes. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Fundacion Duques de Soria. Seminário de História de la lengua española “El cambio lingüístico em la historia española”. Nuevas perspectivas. Soria, del 7 al 11 de Julio de 2003. (2003).
- MATTOS E SILVA, R.V. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO. Ataliba. Vol. I - Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/Fapesp. p. 61-76, 1998.
- NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. 5 Ed. Coleção Linguagem. Rio de Janeiro: Presença/ INL, 1988.
- OESTERREICHER, Wulf. *Autonomización del texto y recontextualización. Dos problemas fundamentales de las ciencias del texto*. Mimeo, 1999.
- _____. *Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología*. IN: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas-SP, 1991.